



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

# Prefácio

Telma Pileggi Vinha

VINHA, T. P. Prefácio. In: BATAGLIA, P. U. R.; ALVES, C. P.; PARENTE, E. M. P. P. R. **Estudos sobre competência moral: propostas e dilemas para discussão**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 11-26. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-220-8.p11-26>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# Prefácio

*Telma Pileggi Vinha*

---

Estamos vivendo uma época de mudanças com enorme rapidez e incertezas denominada pós-modernismo ou contemporaneidade, que também pode ser caracterizada pelas profundas mudanças na sociedade, nas formas de viver e de nos relacionarmos. Bauman (2003), um dos maiores sociólogos e filósofos da pós-modernidade, considera que vivemos em tempos líquidos, ou seja, uma época de impermanência, em que tudo está em constante mudança, nada é duradouro. São valores e características diferentes de outros períodos, como, por exemplo: se antes os empregos e casamentos “duravam” muitos anos, atualmente, são constantes as separações, mudanças de parceiros amorosos e de trabalho; se há poucos anos as interações sociais eram mais restritas ao grupo familiar e comunidade, atualmente, com as interações on-line ampliou-se expressivamente ao mundo, e as pessoas passam a se unir muitas vezes por identificação e emoções compartilhadas (“tribos on-line”); as relações sociais entre pessoas passaram a acontecer, cada vez mais, mediatizadas por redes sociais e por imagens, como os *selfies* e os *likes*; se as opções eram reduzidas, há agora uma hiperoferta de produtos, possibilidades de escolhas e de decisões; a exposição frequente na mídia e em redes sociais predomina sob a privacidade anteriormente tão valorizada; as relações são mais horizontais com a diminuição do lugar da autoridade; há a

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-220-8.p11-26>

publicitação de opiniões de forma ampla e irrestrita, diferente de há alguns anos em que a emissão de opiniões que tinham largo alcance era restrita a poucos. Uma outra característica de nossa sociedade pós-moderna é a valorização da felicidade individual, com frequência confundida com prazeres, numa cultura que também busca essa felicidade em gurus, autoajuda, *coachs* e intervenções reducionistas. Há uma certa “positividade tóxica”, ou seja, uma pressão para estarmos animados e motivados o tempo todo. Frustrações, sofrimentos e angústias, que fazem parte da vida, não raro, são patologizados e medicalizados (não me refiro a transtornos mentais que necessitam de tratamento especializado).

O filósofo Byung-Chul Han (2015) considera a fadiga como uma doença de nossa sociedade neoliberal focada em rendimento, denominada como “sociedade do cansaço”. O que caracteriza o sujeito desta sociedade é o sentimento de liberdade mesmo quando forçado a render, quando explora a si próprio. Segundo Han, a pessoa se explora voluntária e apaixonadamente, acreditando que está se realizando. Ela sente que precisa se esforçar continuamente, trabalhar, estudar, otimizar-se para ter um bom desempenho e fazer uma boa imagem. Predomina a crença do mérito, da autossuperação, por conseguinte, a pessoa é a responsável quando fracassa, culpando a si mesmos e não à sociedade. Esse “fracasso” ou a possibilidade de não conseguir mais, leva a sujeito à autorrepreensões destrutivas.

Lipovetsky (2021), filósofo que reflete sobre a hipermodernidade, traz o sentimento de insegurança generalizada frente à qual não há soluções claras como um dos aspectos centrais de nossa cultura. Traz também a forte presença do medo, as pessoas sentem que tudo está ruim e que será pior. Esse medo e insegurança aparecem tanto no plano privado quanto no plano cultural e político. Exemplifica no primeiro, as separações e a instabilidade familiar que afetam profundamente as pessoas e, no segundo

plano, as preocupações relacionadas à piora da situação do país, a globalização, as mudanças climáticas, a imigração, a violência urbana, a **situação econômica**, o desemprego ou o futuro dos filhos. Para o autor, o populismo é uma expressão desse estado de insegurança generalizada. Algumas pessoas tendem a se voltar nostalgicamente para uma época anterior, o que Bauman (2017) chamou de retrotopia, como se esta fosse melhor ou promettesse mais segurança e proteção que a atual, esquecendo-se dos horrores que ela também trouxe à grande parte da humanidade como, por exemplo, as guerras mundiais e o holocausto.

Vivemos, portanto, em uma sociedade caracterizada pela rapidez nas mudanças, fluidez, impermanência, amplitude, ambiguidade, complexidade e desafios. Um exemplo que ilustra essa afirmação são as tecnologias on-line, como a internet, os meios de comunicação eletrônica, os aplicativos e as redes sociais, que, ao mesmo tempo que proporcionaram expressivamente a ampliação da interação entre as pessoas, o acesso a informações, as formas de participação e de expressão, os debates, entre outros, também possibilitaram acesso a qualquer tipo de conteúdo, como pornografia, violências, *fake news*, meias verdades, discursos de ódio... Assim, há o aumento da raiva, intolerância e polarizações, potencializado pelas novas maneiras de se comunicar; mas há também movimentos coletivos de cooperação e solidariedade, potencializados pelos mesmos meios de comunicação (VINHA *et al.*, 2017).

A sociedade democrática requer que participemos de decisões que nos dizem respeito, em assuntos que não dominamos plenamente, abrindo espaço para manipulações, falsas informações e incitações ao medo, e isso acontece com mais e mais frequência conforme aumenta a complexidade dos nossos problemas. Tivemos experiências recentes da influência das tecnologias nas eleições para presidente em 2018, durante o governo de

Bolsonaro e na pandemia, que trazem à tona a necessidade de preparação das pessoas para novas possibilidades de participação, mais crítica, mais deliberativa, mais consciente sobre as formas e poder dessa manipulação tecnológica.

O período de pandemia que atravessamos é, de certo modo, um espelho que reflete as crises de nossa sociedade, faz com suas características se destaquem com ainda mais força. Ampliou as incertezas e inseguranças, os medos, as desigualdades, as violências. Houve muitas divergências; idas e vindas; informações e orientações distintas, muitas vezes contraditórias e até enganosas; necessidades de escolhas que, não raro, colocaram em contraposição o bem-estar individual e a responsabilidade com o coletivo. Presenciamos ações de generosidade, coragem, compromisso social e cuidado com o outro, mas também ações pautadas no individualismo, violência, ganância, ignorância e menosprezo à vida humana. A pandemia nos mostrou a necessidade de atuação coordenada entre os países, da união e da solidariedade para enfrentamento da crise; o valor da ciência, dos sistemas públicos e do poder das redes sociais promovendo crises, mas também esclarecimentos, união e resistência às formas de opressão, avanço da barbárie e desumanização.

Um dos caminhos apontados por Lipovetsky (2021) diante de tais desafios é investir em educação, pois, apesar de a razão não resolver todos os problemas, a mobilização da inteligência de homens e mulheres poderá trazer soluções coletivas. É preciso preparar a nova geração não apenas para “navegar” nesse mundo complexo, mas transformá-lo, buscando novas formas de conviver, estar e agir sobre o mundo. Evidencia-se, portanto, a necessidade de uma educação que contribua efetivamente para a autonomia, para formar seres humanos dignos, respeitosos, justos, comprometidos e responsáveis socialmente e ambientalmente. Educar para

essa sociedade também é desenvolver pensamento analítico e crítico, aprender a lidar com o imprevisível e as incertezas, tendo valores morais norteadores, como mostrou tão claramente a pandemia que vivemos.

Tais questões envolvem o tipo de pessoas que queremos formar e a sociedade que almejamos construir. A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017, p. 19), documento de caráter normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que os alunos devem desenvolver na Educação Básica, defende o compromisso da educação com a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Esse compromisso é traduzido num conjunto de competências<sup>1</sup> gerais da educação básica que devem ser desenvolvidas nos alunos pela escola, tais como: a capacidade de argumentar com posicionamento ético; de exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade dos indivíduos e de grupos sociais e reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual se deve comprometer; a capacidade de agir com autonomia tomando decisões com base nos conhecimentos construídos na escola segundo princípios éticos democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários; e de utilizar as tecnologias digitais de comunicação e de informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética<sup>2</sup>.

A escola, como inserida e parte da sociedade, é um espaço no qual os problemas e desafios sociais têm reflexo e são, também, vivenciados. Nela são reproduzidos comportamentos considerados certos ou errados

---

<sup>1</sup> Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2017, p.10)

<sup>2</sup> Excertos resumidos presentes na BNCC para o Ensino Médio (BRASIL, 2017).

pelas instituições sociais, os valores e contravalores, os julgamentos de atos e de pessoas, os posicionamentos ideológicos com suas polarizações, as atitudes de conciliação ou de rechaço e as agressões ou apaziguamentos. Algumas vezes, diante desses desafios aparece um certo saudosismo do passado que leva ao fortalecimento de posições que apregoam como melhor a volta a um modelo tradicional de ensino baseado em relações autoritárias e mantido por métodos com maior rigor, fiscalização e controle punitivo, como se tais mecanismos dessem conta de formar para essa sociedade tão diversa quanto complexa. Toda e qualquer escola influencia os valores que seus agentes e alunos passam a viver e assumir, mas nem toda a instituição desenvolve uma educação no sentido da autonomia<sup>1</sup> e nem na direção de valores voltados à democracia e ao bem comum como anteriormente exposto (MENIN, 1996).

Ao falarmos de valores democráticos, estamos nos referindo, sobretudo, aqueles ligados ao respeito à dignidade de toda e qualquer pessoa, independentemente de raça, classe social, gênero, etnia, cultura ou religião, com o reconhecimento das diferenças entre pessoas, à justiça (que contempla a igualdade e equidade), à solidariedade e à cooperação entre indivíduos e grupos e, sobretudo, ao diálogo como modo de interação, de troca de perspectivas e de busca de entendimento. Todos esses valores até seu domínio autônomo, fazendo parte de uma personalidade ética (LA TAILLE, 2006), necessitam ser construídos em um processo de desenvolvimento que envolve a vivência de experiências diversas, de

---

<sup>1</sup> Na moral heterônoma, os valores não se conservam sendo regulados pela pressão do meio, isto é, o sujeito modifica seu comportamento moral em diferentes contextos. Ao contrário, na autonomia moral, o sentimento de aceitação ou de obrigação para com as normas é interno (autorregulação), sendo fundamentado na equidade e nas relações de reciprocidade, concebendo a moral como regras e princípios que regem as relações entre todos os seres humanos. Desse modo, na pessoa autônoma, há a conservação dos valores, apesar das mudanças de contextos e da presença de pressões sociais (LA TAILLE, 2006).

interações e de reflexões que podem e devem ser organizadas por processos educacionais devidamente planejados.

Trata-se, portanto, de uma educação escolar que assuma a educação para a autonomia e para a democracia como uma de suas funções e que a exerça de modo intencional. Tal como destaca Touraine (1998), uma escola democratizante é aquela que assume o compromisso de desenvolver a capacidade e a vontade dos indivíduos de serem atores e ensina a cada um o respeito a liberdade própria e do outro, os direitos individuais e a defesa de interesses sociais e valores culturais. Por conseguinte, essa forma de educação que visa o desenvolvimento moral não ocorre por imposições de normas ou transmissão de conceitos sobre o que é certo e errado, mas envolve a promoção, desde a infância, de capacidades para que as pessoas possam situar-se frente aos problemas morais e "mover-se" neles. A capacidade de tomar decisões e emitir juízos morais (baseados em princípios internos) e agir de acordo com tais juízos é o que Lawrence Kohlberg, discípulo de Piaget eminente psicólogo que dedicou décadas de estudo ao desenvolvimento moral, denominou **competência moral** (BATAGLIA, 2010). Georg Lind (2021), psicólogo e professor aposentado da Universidade de Konstanz na Alemanha, desenvolveu e operacionalizou o conceito de competência moral de Kohlberg concebendo-o como a capacidade de resolver problemas e conflitos na base dos princípios morais (universais) ou valores, por meio da reflexão, diálogo e deliberação, ao invés de uso da força, violência, engano e manipulação, ou por meio da submissão à autoridade ou à outras pessoas. A relação dessa competência com a ação moral é esclarecida por Silva e Bataglia (2020, p. 528):

[...] agir moralmente depende do desenvolvimento de uma capacidade, a de refletir e aplicar consistentemente princípios em situações difíceis, dilemáticas. Quando nos deparamos a essas situações que exigem de nós uma resposta e os cursos de ação possíveis são conflitantes e mutuamente excludentes, somos mobilizados afetivamente e, nesse momento, exibimos ou não a capacidade de agir de acordo com princípios, apesar da comoção (SILVA; BATAGLIA, 2020, p. 528)

Essa notável temática, relacionando-a com outros estudiosos do desenvolvimento moral, principalmente Georg Lind, e com questões atuais da sociedade, da democracia e da educação é o foco da presente obra que tenho a honra de prefaciar. São questões amplas, relevantes e urgentes. Ela foi idealizada a partir de uma disciplina do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unesp de Marília, “*A teoria kohlberguiana em seus aspectos de filosofia, psicologia e educação*”, ministrada pelas professoras Patricia Unger Raphael Bataglia e Cristiane Paiva Alves, que junto com a doutoranda em educação da Unicamp, Elvira Maria Pimentel Ribeiro Parente, organizam esse livro. Ele possui duas partes, a primeira que trata de ensaios e estudos que subsidiam teoricamente propostas e implicações pedagógicas e a segunda, que traz dilemas morais para serem discutidos na escola e em outros espaços educativos.

Neste livro aprendemos que o conceito de competência moral contempla aspectos afetivos e cognitivos, e como qualquer competência, trata-se de uma construção psicológica social que não desenvolve de forma espontânea e nem pode ser ensinada diretamente, cabendo a educação escolar promover espaços e ambientes sociais que favoreça esse desenvolvimento. Para tanto, Lind desenvolveu o Método Konstanz de Discussão do Dilema, o KMDD.

De forma sintética, nesse método discute-se um dilema, ao longo de 90 minutos, solicitando que os participantes decidam o que o protagonista deve fazer ou julguem uma decisão difícil tomada por ele, fundamentando sua decisão na forma de raciocínios morais e logicamente válidos, argumentando, escutando e utilizando contra-argumentos. Um dilema moral contém um conflito de dois valores que são igualmente defensáveis e uma decisão que deve ser tomada, sem que haja respostas corretas. Para o autor, falar e ouvir são dois elementos primordiais para que os indivíduos possam viver em uma sociedade democrática e não há assuntos considerados indiscutíveis. Os participantes devem expor suas ideias e as motivações que levam a uma escolha, trocar seus pontos de vista e tentar considerar todos eles. Na medida em que os outros podem provocar um "desequilíbrio" no sistema do próprio indivíduo, ou seja, um "desafio" a suas explicações, crenças, valores etc. e criar-lhe um conflito interno, este tenderá a resolvê-lo incorporando um novo elemento ao que até agora não havia percebido, ou reorganizando suas ideias.

Ressalto a validade dessa proposta, ainda mais considerando a importância de se favorecer intencionalmente o desenvolvimento moral. Esse tipo de trabalho contribui para o estudante questionar-se sobre juízos mais ou menos automatizados e a dar respostas novas a interrogações e dúvidas surgidas durante o processo de reflexão, promove a descentração, a tomada de consciência sobre temas éticos, a identificação e coordenação de perspectivas, a argumentação, a hierarquização dos valores e argumentos, a tomada de decisões com critérios morais, o pensar em consequências. Permite ainda conjugar a reflexão individual e a interação com o grupo, de forma dialógica, e enriquecer o próprio processo de pensamento com a inclusão de componentes do grupo. Tais capacidades são necessárias para a conservação de valores morais e a conquista da autonomia. Os efeitos do KMDD foram estudados por vários anos

apresentando resultados efetivos em grupos de diferentes idades, mesmo acontecendo poucas vezes no ano.

Lind defende a formação de pessoas autônomas e o fortalecimento da democratização pela via do desenvolvimento da competência moral que é promovido por meio da deliberação, da discussão e o exercício do diálogo, pautado em princípios morais. Autor do primeiro capítulo deste livro, reflete que a democracia é uma forma de convivência muito difícil, sendo necessário que as pessoas saibam solucionar “conflitos e problemas que resultam inevitavelmente da aplicação de valores públicos”. Defende, a importância de se desenvolver a competência **moral-democrática** para lidar com tais situações e, para tanto, propõe o desenvolvimento dessa competência por meio da discussão de dilemas **coletivos**, posto que a formação de sujeitos democráticos envolve necessariamente a reflexão acerca da sociedade atual. Lind considera fundamental essa competência porque em uma democracia, “seus cidadãos são obrigados a governarem a si mesmos, isto é, resolver problemas e conflitos que encontram sozinhos ao invés de deixarem outras pessoas decidirem o que fazer”. O sujeito que não desenvolveu esta competência acaba por recorrer a violência, a agressividade e a submissão para resolver conflitos e contradições. A obtenção da “ordem social” ocorre, desta forma, por meio de regulamentos, polícia, judiciário, grandes instituições etc.

Organizado em duas partes, tais questões são discutidas em profundidade nos 14 capítulos da primeira parte que foram elaborados por 28 professores e pesquisadores de diferentes instituições e pós-graduandos que desenvolvem reconhecidos estudos na área do desenvolvimento moral e educação. Os capítulos são de grande valor, trazendo discussões fundamentadas e suscitando reflexões. Cada um deles possui determinado(s) objetivo(s) e desenvolve as ideias de forma independente.

Todavia, a obra segue uma estrutura organizadora e articuladora que promove algo pouco frequente, a amplitude e especificidade, além de expressivas implicações educacionais.

Essa primeira parte trata de uma fundamentação teórica sobre desenvolvimento e competência moral, revisões da literatura e relatos de estudos que vão subsidiar o trabalho com a competência moral e também com o KMDD em contextos diversos. Como anteriormente mencionado, o primeiro capítulo é de autoria do próprio Lind que apresenta e reflete sobre as aprendizagens que teve ao longo de décadas de pesquisa sobre avaliação e educação da competência moral-democrática. Do segundo ao sexto capítulo são discutidas as principais teorias da psicologia nessa área como Piaget, Kohlberg e Gilligan, aprofundando nas contribuições de Lind e a complexidade desse desenvolvimento. Também são feitas reflexões sobre a contemporaneidade, o fascismo e é apresentado o estado das pesquisas em competência moral no Brasil. Os capítulos 7 a 9 refletem sobre a competência moral relacionando-a a temas específicos como a religiosidade e a espiritualidade, a liderança transformacional e as instituições de acolhimento para crianças e jovens. Os próximos quatro capítulos focam mais a dimensão educacional, abordando a competência moral e educação escolar, articulando-a com os desafios no contexto e apresentando como a discussão de dilemas na escola pode contribuir para a promoção dos valores e dessa competência. Mostra também o desafio, complexidade e riqueza desse trabalho quando o dilema implica em uma escolha entre valores tão importantes como, por exemplo, a lealdade e a honestidade. Por fim, o 14º e último capítulo dessa primeira parte é apresentado com clareza o método KMDD e como podem ser trabalhados os dilemas morais por meio de processos e cenários distintos, tais como, o Teatro Fórum, o jogo das cadeiras, entre outros. É reforçada a importância do desenvolvimento profissional docente favorecer as competências

morais, para que possa promover um ambiente favorável a construção da autonomia pelos estudantes.

A segunda parte do livro apresenta vários dilemas morais envolvendo situações vivenciadas em diversos contextos (escolas, abrigos, universidades, posto de saúde etc.) para serem discutidos em sala de aula. Eles foram elaborados pelos autores dos artigos e discentes da disciplina, sob supervisão das organizadoras dessa obra. O primeiro conjunto, é composto de dilemas com solução, em que é apresentada a decisão tomada pelo protagonista para que os participantes emitam juízos de valor sobre a decisão. Em cada um destes, há um quadro com argumentos e contra-argumentos referentes às soluções relacionando-os à cada um dos seis estágios do desenvolvimento moral de Kohlberg (lembrando que, a essência da moralidade está no princípio inerente à ação, ou seja, nos motivos pelos quais alguém age de determinada forma). Já no segundo grupo de dilemas, os conflitos são abertos, ou seja, não há um desfecho (sem solução) e os participantes devem criar uma solução sobre o que o protagonista deve fazer.

Os dilemas propostos nessa segunda parte trazem uma riqueza de possibilidades de serem explorados em discussões morais, promovem o refletir sobre si mesmo e sobre a vida em conjunto com os outros, desenvolvendo a competência moral que levará os jovens em direção contrária aos processos de conformidade social, imposição, violência ou submissão à autoridade.

Esse trabalho periódico na escola é mais do que necessário, visto que, ao longo de sua vida, uma pessoa irá se deparar com frequência com situações dilemáticas em que há conflito entre valores. Tavares e Menin (2015) coordenaram uma pesquisa que investigou a adesão valores de justiça, respeito, solidariedade e convivência democrática (perspectiva

social) em professores e estudantes. Encontraram que os jovens e adultos, mais do que as crianças, tiveram maior adesão aos valores de solidariedade e respeito, e, em seguida, justiça e convivência democrática. Todavia, em todos os valores há o predomínio de um modo de adesão relacionado à obediência às normas, à autoridade e às convenções sociais, legitimando os valores e regras mais presentes em sua comunidade. Destaca-se que a justiça e a convivência democrática foram os que tiveram menor adesão, que indica o pouco que são experienciados no cotidiano da vida, seja na escola ou fora dela. Neste estudo foi encontrada uma forte relação entre a qualidade das interações sociais vividas na escola e o modo de adesão aos valores. As adesões em níveis mais altos ocorreram em situações em crianças e jovens tinham vivido relações mais igualitárias, justas e respeitadas.

Os resultados encontrados por Tavares e Menin (2015), novamente apontam a urgência de a escola propiciar um ambiente democratizante que favoreça o desenvolvimento da competência moral-democrática proposto nesta obra. Para tanto, no decorrer deste livro, os autores destacam, sobretudo, o uso do diálogo, da argumentação com respeito aos diversos pontos de vista, da tomada de perspectivas múltiplas para a compreensão do outro, a resolução dialógica de problemas e a responsabilidade coletiva pelo cumprimento dos acordos.

As mudanças das últimas décadas possibilitaram enorme avanço e maior diversidade de ideias, formas de expressão, interações, de formas de viver e se relacionar, de inserção de diferentes culturas, raças, etnias, religiões, sexo, gênero, condições socioeconômicas, entre outras. O aumento da complexidade de nossa sociedade é uma riqueza e traz também enormes desafios. Esse “diferente”, não familiar, que gera estranhamento e, muitas vezes, temor, tem o poder de ampliar nossa visão, transformar

nossas ações e melhorar tanto as pessoas individualmente, quanto a sociedade. Nessa interface entre a dificuldade e potência da diversidade aparecem inúmeros dilemas que uma democracia tem que lidar. Identificar tais dilemas e saber equacioná-los, mesmo que sem solucioná-los porque muitas vezes não há uma única solução, mas possibilidades distintas de decisão e atuação que devem ser refletidas considerando os valores envolvidos, contribui para que crianças e jovens coordenem perspectivas, desenvolvam uma postura dialógica e reconheçam que a diversidade é fundamental e constituinte da sociedade democrática.

Lind (2018) compreende a democracia como um ideal moral, como um valor, para além de um sistema de governo. Ele reconhece que o mundo está mais complexo e que encontramos cada vez mais problemas, desafios e conflitos jamais pensados por nossos ancestrais. Para o autor, a negociação pacífica dos conflitos requer a habilidade dos participantes para ouvirem-se uns aos outros independentemente de serem oponentes ou inimigos. “Se quisermos encontrar a base moral para a solução de um conflito, devemos apreciar argumentos não apenas advindos de pessoas que suportam nossa posição, mas também daquelas que são nossas oponentes” (LIND, 1998, p. 03). É justamente o desenvolvimento dessa competência moral que faz com que regulemos reações agressivas e evita que procuremos abrigo em alguma personalidade forte ou detentora de poder, como temos visto com tanta frequência atualmente. Tal competência é crucial para a participação democrática.

Com consistentes argumentação teórica e revisão da literatura na área, além de implicações educacionais, proposição de dilemas variados e descrição de como desenvolvê-los na escola de modo a favorecer a competência moral, esse livro é destinado a todos aqueles que veem a educação como um direito fundamental promotora da autonomia dos

estudantes, de forma que possam atuar como cidadãos na transformação da sociedade em direção a uma democracia cada vez mais participativa, inclusiva, justa e plural.

## **Referências**

BATAGLIA, P. U. R. A Validação do Teste de Juízo Moral (MJT) para Diferentes Culturas: O Caso Brasileiro. **Revista Psicologia: Reflexão e crítica**. v. 23, n. 1, p. 83-91, 2010.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Z. **Retrotopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

HAN, B. C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

LA TAILLE, Y. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed. 2006.

LIND, G. An introduction to the moral judgment test (MJT). **Unpublished manuscript**. Konstanz: University of Konstanz. 1998. Disponível em: [https://www.uni-konstanz.de/ag-moral/pdf/Lind-1999\\_MJT-Introduction-E.pdf](https://www.uni-konstanz.de/ag-moral/pdf/Lind-1999_MJT-Introduction-E.pdf). Acesso em: 11 mar. 2019

LIND, G. **How to teach moral competence**. New: Discussion Theater. Berlin: Logos-Publisher. 2018.

LIPOVETSKY, G. Entramos na era da insegurança ou na era do medo. **Entrevista à Marie-Lucile Kubacki**. São Leopoldo, RS: Instituto Humnitas Unisinos, 22 mai. 2021.

MENIN, M. S. S. Desenvolvimento moral: refletindo com pais e professores. *In*: MACEDO, L. (org.). **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996, p.30-101.

SILVA, M. E. F.; BATAGLIA, P. U. R. Mapeamento da produção científica brasileira sobre segmentação moral pelo estado da arte. **Psicologia Argumento**, v. 38, n. 101, p. 524-547, 2020.

TAVARES, M.R.; MENIN, M.S.S. (Coord.). Avaliando valores em escolares e seus professores: proposta de construção de uma escala. **Textos FCC**. São Paulo: FCC-DPE, v.46, out. p. 1-85, 2015.

TOURAINÉ, A. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VINHA, T. P.; NUNES, C. A. A.; SILVA, L. M. F.; VIVALDI, F. M. C.; MORO, A. **Da escola para a vida em sociedade:** o valor da convivência democrática. Americana, SP: Adonis, 2017.